



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAL**

HENRIQUE OLIVEIRA ARAUJO

**O ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-
PARÁ: DE JARDIM DE INFÂNCIA A CASULO INSTITUCIONALIZADO (1970-
1990)**

ABAETETUBA/PA

2023

HENRIQUE OLIVEIRA ARAUJO

**O ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-
PARÁ: DE JARDIM DE INFÂNCIA A CASULO INSTITUCIONALIZADO (1970-
1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima

ABAETETUBA/PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A658a Araújo, Henrique Oliveira.

O atendimento à primeira infância no município de Abaetetuba-Pará:
de jardim de infância a casulo institucionalizado (1970-1990)
/ Henrique Oliveira Araújo. — 2023.

IV, 19 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima Trabalho de
Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Atendimento da Primeira Infância. 2. Projeto Casulo. 3.
Educação Infantil . 4. Município de Abaetetuba. I. Título.

CDD 907

HENRIQUE OLIVEIRA ARAÚJO

**O ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PARÁ:
DE JARDIM DE INFÂNCIA A CASULO INSTITUCIONALIZADO (1970-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Aprovado em: 28 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Maria do Socorro Lima Pereira Orientadora – UFPA

Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento FAECS – UFPA

O ATENDIMENTO À PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA-PARÁ: DE JARDIM DE INFÂNCIA A CASULO INSTITUCIONALIZADO (1970-1990)

Henrique Oliveira Araújo¹

Profa. Dra. Maria do Socorro Pereira Lima²

RESUMO

O presente artigo integra uma pesquisa realizada por meio do grupo de pesquisa de História da Educação da Criança na Amazônia Paraense, no ano de 2019 a 2022 e problematiza o atendimento educacional destinado à Primeira Infância no município de Abaetetuba, no período de 1970 a 1990. A pesquisa objetiva analisar o atendimento educacional da primeira infância no município, tendo em vista a criação de um espaço que passou por diferentes identificações até ser institucionalizada como escola. Deste modo, a pesquisa foi demarcada entre 1970, quando foram implantados os Casulos, a 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) lei 8.069/90. A pesquisa tem cunho qualitativo e usa fontes documentais e narrativas orais para a produção de dados, assim como bibliográfica. Neste sentido, busca-se interpretar, por meio de análise das fontes impressas e memórias preservadas de pessoas que estiveram inseridas no contexto e que contribuíram para o entendimento do processo de identificação do espaço que foi chamado de Jardim de Infância, passando para Casulo até ser chamada de Escola Municipal de Ensino Infantil Nair Lima. Para dar embasamento teórico utilizamos autores que colaboram nos campos do uso da memória como a história educação infantil, da infância e das instituições, tais como Nora (1993), Ferreira (1979), Freitas (2003), Veiga (2005), entre outros. Os resultados dessa investigação apontam que no período entre 1970 a 1990, o atendimento da criança da educação infantil foi marcado pelo assistencialismo organizado pela Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), por meio do Projeto Casulo, caracterizado como uma educação compensatória e com foco em discussões sobre saúde e higiene, ao invés de educacional, até pelo menos a década de 1990.

Palavras chaves: Atendimento da Primeira Infância; Projeto Casulo; Educação Infantil; Município de Abaetetuba.

ABSTRACT

This article is part of a survey carried out by the research group on the History of Children's Education in the Pará Amazon, in 2019 to 2022, and discusses the educational service for Early Childhood in the municipality of Abaetetuba, from 1970 to 1990. The research aims to analyze early childhood education in the municipality, with a view to creating a space that went through different identifications until it was institutionalized as a school. In this way, the research was demarcated between 1970, when the Cocoons were implanted, to 1990, with the creation of the Statute of the Child and the Adolescent (1990) law 8.069/90. The research is qualitative and uses documentary sources and oral narratives to produce data, as well as bibliography. In this sense, we seek to interpret, through analysis of printed sources and preserved memories of people who were inserted in the context and who contributed to the understanding of the process of identification of the space that was called Kindergarten, passing to Casulo until being called Nair Lima Municipal School of Early Childhood Education. To provide a theoretical basis, we

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba/PA. E-mail: holv.araujo@gmail.com

² Professora Doutora da Universidade Federal do Pará. E-mail: soclimma@yahoo.com.br

used authors who collaborate in the fields of memory use, such as early childhood education, childhood history and institutions, such as Nora (1993), Ferreira (1979), Freitas (2003), Veiga (2005), among others. The results of this investigation point out that in the period between 1970 and 1990, the care of children in kindergarten was marked by assistance organized by the Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), through the Casulo Project, characterized as a compensatory education and focused on discussions about health and hygiene, rather than education, until at least the 1990s.

Key words: Early Childhood Care; Cocoon Project; Child education; Municipality of Abaetetuba

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho inscreve-se na natureza de investigação histórica, no campo da primeira infância e nas reformulações dos sistemas de ensino. O interesse por esta tema é resultante de projetos de pesquisa sobre a História da Educação, no que versa a história das instituições escolares no contexto social no município de Abaetetuba, no Pará, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação da Criança na Amazônia Paraense, da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

No século XX, o crescimento populacional e urbanização descentralizada dos centros urbanos corroboraram para pauperização de grande parte da população (CARVALHO, 1981). Aliado a isso, a eclosão de movimentos sociais se fez presente em busca por melhorias dos serviços de responsabilidade do Estado e do empoderamento feminino. Dessa forma, locais de assistência social e de educação básica foram evidenciados como demanda social pelos setores da sociedade em geral.

Em resposta a essa reivindicação emergente, uma série de medidas foram realizadas pelo Estado, como leis, órgãos e estatutos. Dentre essas, a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), em 1942, por Vargas. Esse órgão governamental foi responsável por assistir as famílias das forças brasileiras na Segunda Grande Guerra e, posteriormente, de garantir a expansão de atendimento às crianças pequenas, de baixa renda, com participação comunitária e de baixo-custo de implantação.

As diretrizes da LBA foram empregues em território nacional. Para isso, foram construídos novos espaços, denominados de “casulos” ou “creches-casulos”, em bairros periféricos, por meio de parcerias, firmados entre o órgão federal e entidades comunitárias. Com isso, reforçando a lógica custodial-assistencial da criança do contexto histórico, frente às reconfigurações do conceito de família e das reorganizações políticas do país.

Nesse sentido, justifica-se o fato de os estudos sobre a história das instituições escolares brasileiras do século passado apontarem a escola na perspectiva assistencialista. Posto que, o engajamento do Estado evidenciou-se a iniciação no desenvolvimento de uma política de

atenção à criança, em consonância com as reformulações da Assistência Social no país. Autores como Vieira (1988), Ferrari (1982) e outros têm corroborado dessa ideia.

No estado do Pará (PA), nesse contexto, adveio as primeiras iniciativas assistidas pelas igrejas Católicas por meio dos padres missionários que usavam áreas anexas ou centros comunitários para atenderem as crianças de famílias carentes, na perspectiva de garantir proteção, assistência e ações educativas. Em Abaetetuba-PA, estas instituições eram conhecidas como “Jardins de Infância”³, conforme dados apurados de antigos professores e moradores do município.

Pondera-se que a institucionalização da infância pequena é mostrada pela história como um processo de resistência e mudanças do conceito, em cada tempo e lugar. Desse modo, este trabalho tem em vista ampliar a compreensão sobre o atendimento à educação da primeira infância no município de Abaetetuba, no estado do Pará, a partir análise sobre o papel e as ações desempenhadas pela LBA. Para isso, recorreu-se ao arcabouço histórico de uma instituição pública pioneira no acolhimento das crianças com idades entre zero e seis anos, no período de 1970 a 1990.

Também, como objetivos específicos, foi de interesse analisar as condições de instalações e funcionamento do lócus e entender importância desse local, como um lugar de memória, na perspectiva sentimental para a população local, por ter sido considerada uma iniciativa pioneira de atendimento assistencial das crianças e, posteriormente, educacional.

Para melhor compreensão, o texto foi organizado em duas partes: primeiramente, um breve recorte histórico, com foco na caracterização da LBA e do Projeto Casulo em aspectos nacionais, e, num segundo momento, uma análise dos fatos históricos que compõe a linha do tempo de como se estabeleceu o arranjo organizacional de atendimento das crianças da primeira infância em Abaetetuba/PA por meio das narrativas acerca da primeira iniciativa identificada pela pesquisa.

2.PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esse estudo compreende uma investigação histórico-documental e do uso das memórias de diversos indivíduos no processo⁴, utilizando-se de uma abordagem qualitativa. A coleta das informações foi realizada em concordância com a Escola dos Analles que traz em seus métodos de análise da história recorrendo “a incorporação massiva e cada vez mais progressiva de fontes

³ O termo Jardim de Infância em Abaetetuba-PA foi utilizado nesse contexto de forma popular, sem relações com a estrutura e características de atendimento desse tipo de instituição criada no século XIX.

⁴ Foram efetuadas entrevistas com diferentes pessoas que atuaram na área educacional e/ou que estavam vivenciando o período em que foram criadas as primeiras instituições públicas de atendimento à infância no contexto investigado. Os nomes foram trocados por fictícios no decorrer do texto.

antes desconsideradas, tais como fotografias, diários pessoais, notícias de jornais, poesias, músicas, filmes, memórias” (COSTA, 2021, p.23).

Em vista disso, a história oral se apresenta como o caminho para a apreciação e análise do conhecimento local, pois a partir dessas fontes orais sobre os “lugares de memória”, se é capaz de refletir a partir da vivência dos sujeitos da pesquisa. Por isso, a necessidade de basear-se a partir da “construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações” (DELGADO, 2006, p.15).

A coleta dessas memórias se deu com o uso de entrevistas semiestruturadas, para que houvesse a elucidação do contexto e da trajetória histórica da instituição no período investigado. Para Minayo (1992, p.108), entrevista semiestruturada é aquela que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas prefixadas.

A respeito, Gonçalves (2012), afirma que o lugar de memória é “responsável não só por compreender os processos de produção social de memórias (configuradores desses lugares) como por examinar o seu papel na construção do conhecimento histórico e na consolidação das narrativas de caráter histórico”. (p.33). Então, entender os sujeitos históricos atrelado ao contexto é fundamental para o entendimento pleno da pesquisa.

As fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são fontes da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 5).

Destarte, a organização de investigação, triagem e contextura das memórias daqueles envolvidos no período da pesquisa, em conciliação com os documentos escritos e as narrativas, permitiu discernir as práticas e representações que consistiram no processo de institucionalização da infância em Abaetetuba/PA.

3.BREVE RECORTE SOBRE A ATUAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (LBA) – INTERIORIZAÇÃO DO PROJETO CASULO

A partir da década de 1970, a LBA expandiu-se⁵ em todo o território brasileiro a fim de implementar o Projeto Casulo, impulsionando o cooperativismo e voluntariado em suas atuações. Em vista disso, pode-se afirmar que objetivava a educação pré-escolar de massa

⁵ A atuação da LBA foi ampliada a partir de 1977, devido a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), sendo responsável por integrar a LBA a responder pelas ações de uma política nacional de assistência social.

voltada a maternidade e à infância em todo território nacional, com o objetivo de evitar a marginalidade ou condutas ilegais das crianças em situações de risco. Assim, nesse contexto, a “criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado” (RIZZINI, 1997, p. 24-25).

A respeito disso, Freitas (2003) analisa que:

O discurso da LBA para atuação junto à infância pobre conteve, desde sua criação, um forte componente preventivo, adequando o estilo ao período em questão. [...] No momento de criação do Projeto Casulo, o discurso da prevenção adquiriu nova conotação: a da segurança nacional, pois os pobres poderiam ameaçar a integração nacional (FREITAS, 2003, p.152).

Então, percebe-se que pré-escola brasileira surgiu dentro da visão de proteção à integridade física e mental e preparação da criança a escolarização posterior. E como não havia detalhes sobre o funcionamento da pré-escola, há a presença do trabalho voluntário, ausência da exigência de formação profissional dos responsáveis e parcerias com as comunidades civil e médica foram identificados na execução do programa do projeto Casulo. Ademais, os serviços prestados tinham cunho de atendimento nutricional, de recreação e de proteção à criança (RIZZO, 2010).

[...] A Unidade-Casulo utilizará estruturas e recursos já existentes na comunidade, quer os das próprias entidades executoras, quer os disponíveis em outras organizações. Além disso, e através da integração de todos os serviços da própria LBA, haverá total cobertura técnica, sem acréscimos de dispêndios financeiros (BRASIL, MPAS, FLBA, 1977, p. 15).

Apesar da preocupação social, os repasses financeiros não eram considerados suficientes em garantir de forma plena todos os objetivos propostos pelo Projeto Casulo. Uma prova disso é o pedido de subsídio à construção e manutenção dos Casulos, com a participação da comunidade com seus próprios recursos ou espaços cedidos. Sobre isso, de acordo com (FERREIRA, 1979, p. 4-5), o governo foi “buscar nas próprias comunidades [...] locais [...] e convênios entre LBA e qualquer instituição, qualquer igreja que dispusesse de local e pessoal para prestar esse atendimento.”.

Sobre isso, Ferrari (1982) confirma que,

Trata-se de implementar uma verdadeira política de educação compensatória que vise a equalizar as oportunidades educacionais não apenas em termos quantitativos de oferta de vagas, mas principalmente em termos qualitativos, de preparo global da população para o início do processo regular de escolaridade. Ou seja, colocar a grande massa de crianças culturalmente marginalizadas num nível de relativa igualdade de desenvolvimento de que desfrutem, pela riqueza do ‘currículo oculto’, as crianças de classe média e alta (FERRARI, 1982, p.26).

No Pará, a LBA atuava como secretaria junto ao governo do estado, fazendo repasses em forma de recursos parcelados aos municípios que aderiram ao projeto. Essa aderência dependia da ação dos prefeitos com a elaboração de projetos de assistência social para crianças em condições de risco, de modo a ampliar a assistência e amparo desse público-alvo. Em Abaetetuba-PA, lócus da pesquisa, narrativas apontam que o Projeto foi aderido só a partir de 1980.

4. MEMÓRIAS SOBRE A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA EM ABAETETUBA/PA (1972-1988)

A história do atendimento as crianças da primeira infância deram-se no jardim de infância “Menino de Belém”, inaugurado em 1972, localizado Tv. Sandoval de Almeida Lima, 244-328 – Algodual, Abaetetuba/PA. Tais dados são ratificados pela documentação escolar da atual instituição de educação infantil do bairro,

Esta Unidade de Ensino originou-se no ano de 1972 com o nome de Jardim de Infância Menino de Belém e funcionava no Centro Comunitário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Bairro do Algodual na cidade de Abaetetuba-PA. Em seguida, o município em convênio com a Legião Brasileira de Assistência Social implantou na sede municipal o Projeto Casulo (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMEI ALGODOAL NAIR LIMA, 2020)

O espaço cedido ao Jardim de Infância localizava-se no Centro Comunitário, que funcionava no barracão da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sendo este uma iniciativa da própria comunidade, com a ajuda de donativos. Nesse momento, não há indícios da presença do Estado influenciando e/ou apoiando esse projeto. Haja vista que não existiam leis específicas que obrigavam o governo a garantir esse atendimento:

[...]não tinha relação com a Igreja [sic] porque não se tinha local para esse atendimento. Então, pra acontecer um processo educativo pra educação infantil [sic] precisava-se de um espaço [...] e o governo não tinha a obrigação nenhuma de manter o espaço, de dar, de pagar um espaço, profissional para atuar com a criança (Entrevista com a Profª Flor, outubro, 2019.)

O espaço não era regulamentado e visto como educacional, mas sim filantrópico. Dessa forma, os pais delegavam a esses cuidadores a função de resguardar a integridade física das crianças:

[...] tinha uma visão positivista de “guardar” e não como “educar”, um local para guardar, pra tirar dali e colocar aqui, com orientação de adultos. [...] Esse local funcionou por vários tempos, a partir de 1972. [sic], mas não tinha uma relação com a igreja, porque não se tinha um local para funcionamento, então para acontecer um processo educativo para a educação infantil precisava-se de um espaço. (Entrevista com a professora Flor, 2019).

Para ela, o atendimento às crianças do jardim lembrava aspectos de uma educação positivista⁶ e o “guardar” a criança no sentido de proteção e cuidados dentro de um espaço considerado seguro. É singular esse termo utilizado pela entrevistada, pois subentende-se que o foco do ambiente não era ligado aos aspectos pedagógicos, com a percepção da criança como um indivíduo com potencialidades e necessidade de aprendizagem e educação escolar.

Isso porque, nesse contexto, a criança pequena era vista como limitada e com pouca capacidade de aprender, obedecer a instruções e entender acontecimentos do mundo ao seu redor. Visto que, ainda se acreditava na crença da “criança-mistério”, na perspectiva de meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia (ÀRIES, 1981). Isso é percebido na motivação e modo do assistencialismo, pois não há uma preocupação de garantir um ensino-aprendizagem com transmissão e instrução de conhecimentos:

[...] nesse período aí, foi forte o assistencialismo. O atendimento da criança como forma de assistência. [...] e pensava-se que a criança pequena [sic] pra quê aprender? entendeu? não era função da criança pequena aprender, porque ela não falava e tinha a ideia de “vazio” muito grande na mente. Essa era a mentalidade que se tinha. [...] (Entrevista com a professora Flor, outubro, 2019).

Então, a assistência social se limitava a padronização de comportamentos e cuidados ligados à proteção física, alimentação e saúde das crianças, a fim de suprimir as desigualdades sociais existentes. No entanto, com a expansão populacional no bairro de Algodão nas décadas de 1970 e 1980, o espaço do jardim ficou limitado, sendo insuficiente para atender todas as demandas solicitadas das famílias.

Também, outro fator que impulsionou essa procura de atendimento foi o fortalecimento dos movimentos sociais. O feminismo instigou as mulheres a buscar novas oportunidades de se posicionar contra os padrões patriarcados da sociedade, dentre elas o acesso pleno ao mercado de trabalho e “direitos sociais, de se conquistar um espaço [assistencial] para que os filhos pudessem ficar” (BELLA, outubro, 2019).

Para tentar amenizar essa mudança sociocultural, João Bittencourt, o prefeito da cidade na época, aderiu as diretrizes da LBA à luz da política assistencial. A partir disso, se propôs que toda a comunidade pudesse colaborar com esse processo, alinhando assim aos interesses que o órgão objetivava:

A LBA busca colaboração de toda comunidade para prestar um atendimento, mínimo que seja, à criança brasileira. O nosso maior enfoque é a alimentação da criança. O nosso projeto não é um projeto de educação pré-escolar, é um projeto de assistência social tendo como enfoque principal a criança. Mas essa Assistência Social (...) é um somatório de serviços. Não adianta nada nós

⁶ A educação positivista, de acordo com Saviani (1987), entende a educação como a correção da marginalidade, a fim de equalizar a sociedade, por meio da transmissão de conhecimentos, metodicamente. Dessa forma, o papel dos adultos é de expor instruções, acumulados pela humanidade e sistematizados por leis e afins.

darmos apenas comida, não adianta nada nós darmos apenas assistência médica, nós temos que dar o atendimento integral a esta criança e é isso que nós pretendemos (FERREIRA, 1979, p. 7)

A partir daí, foi autorizada a construção de um local para substituir o atendimento do jardim de infância no bairro de Algodual, bem como em outras partes do município:

O municipal entra ali quando o município faz convênio com a LBA. Essa LBA ela é estadual [sic] aí quando foi, mais ou menos, por volta de 83, o município, na então gestão do chamado João Alberto Bittencourt, que foi o prefeito, ele fez um convenio com a LBA e implantou os casulos no município (Entrevista com a Prof^a Rosa, outubro, 2019).

Foram feitos um Casulo em cada bairro, sendo este Casulo em Algodual [sic] ele trouxe o Jardim de Infância *pra* cá, porque ela vem de uma origem, porque aí tira o jardim de infância de lá, passa *pra* cá. [sic] tinha o Casulo aqui em Algodual, na Francilândia, no São João e no Cristo.” (Entrevista com a Prof^a Rosa, outubro, 2019).

Esses espaços foram denominados de Casulo, em referência ao Projeto da LBA. O primeiro foi construído com recursos próprios da prefeitura, em Algodual, na Rua Jairlândia, 2318, em 11 de agosto de 1985, e inaugurado com o nome de “Pré Escolar Casulo do Algodual”. Durante a construção, há relatos que o acolhimento assistencial foi feito, de forma temporária, em casas alugadas em sua proximidade. E apesar da construção simultânea de outros, este é considerado o pioneiro, devido a história que lhe antecede, e não por razão política:

[...] porque já tem uma história, ele não é logo casulo, entendeu? [sic] ele já traz uma história [sic], se transferiu o atendimento do jardim Menino de Belém [sic] feito para as famílias mais pobres para o casulo (Entrevista com a Prof^a Flor, outubro, 2019).

Em homenagem ao bairro e para facilitar a localização escolar, a entidade de ensino passou-se a chamar-se Pré Escolar Casulo do Algodual. Por vários anos a entidade de ensino funcionou em casas alugadas no próprio bairro (Projeto Político Pedagógico da EMEI Algodual Nair Lima, 2020, grifo nosso).

O Casulo era retratado como um “salão”⁷, com chão de barro batido, sem divisórias, pintura e com instalações hidráulicas inadequadas. A medição da área do terreno do Casulo era, aproximadamente, cerca de 37 m². O formato do ambiente era um tipo de retângulo, feito de alvenaria com 6 janelas de madeira. Também, havia uma pequena cozinha, atrás do salão, com acesso a 1 banheiro.

Vale ressaltar que, a construção desse prédio confirmou o propósito que a responsabilidade maior estava a cargo da comunidade local, por meio da participação voluntária em garantir a existência desse atendimento. Prova disso, foi o relato sobre uma mulher chamada

⁷ Esses dados de características históricas do Casulo foram retirados do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil Algodual Nair Lima – local onde funcionava o Pré Escolar Casulo do Algodual.

Nair Lima⁸, moradora do bairro, que ajudou os trabalhadores durante toda a construção com o oferecimento de água, materiais de limpeza e alimentação, por esperar com expectativa a realização desse projeto:

A Nair Lima foi uma pessoa que não teve uma formação intelectual, uma formação de universidade, nível superior, mas ela teve um olhar que muitos dos nossos governantes não tem, que é a vontade de fazer a diferença, a vontade de ajudar a comunidade. Não foi a formação dela que fez a diferença, foi a força de trabalho, porque o nosso bairro sempre foi com muitas dificuldades de água encanada, então quando eles começaram a trabalhar nesse projeto do salão, muitos dos pedreiros buscavam água, [sic] pois não tinha muitos trabalhadores, então ela se propôs a vir ajudar esses pedreiros a buscar água para fazer a massa e suprir a sede deles [sic] ela se propôs a vir bater a massa, além de outras ajudas. Então, essa força física e a vontade de fazer diferente, de ajudar a ter pelo menos um barracão [...], um quadrado ou um salão (Entrevista com a Prof^a Flor, setembro, 2022).

A respeito disso, Márcia Moreira Veiga (2005) explica:

[...] a verba destinava-se principalmente à alimentação, sendo que uma pequena parcela deste recurso poderia ser utilizada para a compra de material pedagógico e de consumo, ou mesmo para a compra de equipamentos, material de construção e despesas com registros, quando necessário. O pagamento do pessoal ficava por conta da instituição conveniada, embora muitas vezes esse pessoal trabalhasse sem remuneração, como voluntário. (VEIGA, 2005, p.174, grifo nosso).

Em relação as características de atendimento, apesar da LBA, via legislação, a nível nacional, buscar garantir uma série de serviços assistenciais e médica às crianças, mas percebe-se que em Abaetetuba-PA ocorreu de forma diferente:

O casulo trabalhava com a metodologia da sucata, então tinha que trabalhar reaproveitando materiais já utilizados, principalmente, da natureza ou restos de materiais. [sic] esse era o estilo de trabalho, as famílias até ajudavam com isso. [...] não foi pensado para ser uma escola dos dias de hoje, devido a estrutura e condições limitadas. [...] Se entendia que a criança vinha para brincar, mas era um ‘brincar pelo brincar (Entrevista com a professora Flor, 2019, grifo nosso).

Os recursos disponibilizados ao local eram insuficientes, considerados como “sucata” e não há relato de que todos os objetivos da LBA eram realizados na prática. Consequentemente, as famílias se sentiam de obrigação de complementar os recursos financeiros, por meio de donativos, seja em espécie, seja em materiais. Assim, refletimos que, na realidade, houve apenas uma transferência de local, com permanência de condições similares e voltadas ao assistencialismo compensatório, envolvendo ações que se restringiam ao “higienizar, limpar, de dar banho e de alimentar.” (BELLA, outubro, 2019).

⁸ Moradora de Algodoal no período de construção do prédio do Casulo. Após a inauguração, trabalhou como servente por alguns anos. O nome da atual escola de educação infantil é em sua homenagem, algo indagador, visto que não tinha formação como professora, como de tradição em pessoas reconhecidas/homenageadas em instituições escolares.

Surgiu em prol de ajudar as mães trabalhadeiras né, aquelas que queriam trabalhar, mas não tinham com quem deixar os filhos [sic] pra isso que surge essa instituição. E em Abaetetuba, no caso, a ideia do ‘guardar’ significava que a finalidade não era educar (Entrevista com a Prof^a Flor, outubro, 2019, grifo nosso).

De fato, concretizava-se em garantir a vigilância e entreter as crianças em um período de cerca de 4 horas diárias, enquanto os pais trabalhavam. A relação dos adultos com as crianças lembrava o vínculo afetivo “familiar”, pois não se exigia uma qualificação e experiência dos responsáveis:

E também não tinha um processo educativo pra essa criança [sic] se tinha essa vontade de atender essa criança como forma de guardar, mais ou menos essa criança, e orientar no estilo adulto. [...] Esse era o papel das mulheres com as crianças [sic] não era finalidade do casulo educar [sic] a mentalidade era de cuidar da criança e de garantir a segurança dela [sic] até os pais buscarem (Entrevista com a Prof^a Bella, outubro, 2019, grifo nosso).

Um outro aspecto identificado, tanto do jardim de infância, quanto no Casulo, foi a ausência da aderência das crianças aleijadas e especiais⁹. Para esses casos, a instituição recomendava recorrerem a APAE¹⁰, por não entender como lidar e cuidar dessas crianças no espaço:

Não, as crianças [com deficiência] não eram aceitas [sic] não era um preconceito, mas é porque havia um medo [sic] não se sabia lidar com essas crianças, não se entendia [sic] as condições não eram favoráveis pra isso (Entrevista com a Prof^a Bella, outubro, 2019).

Essa perspectiva só começou a mudar, a partir da Constituição Cidadã de 1988 e de outras legislações voltadas à educação inclusiva, na década de 1990, que garante a igualdade e o direito à educação para todos, dentro do ambiente escolar:

A partir da constituição, e depois com a LDB, a mentalidade já avança [sic] a criança já não é vista como “guardar”, e o espaço não precisa mais ser o casulo [sic] é preciso educar já [sic] é um olhar de escola e educação infantil (Entrevista com a Prof^a Bella, outubro, 2019).

Em vista disso, o termo “casulo” já não era considerado adequado ao contexto. Isso aconteceu pois, a responsabilidade em garantir uma educação de crianças pequenas é dissociada da legislação de assistência social, mas sim vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a constituição cidadã de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, instituindo e regulando assim, a educação infantil em todo o território nacional.

⁹ Termos comuns utilizados na década de 80 ao referir-se ao termo atual “crianças com deficiência.”

¹⁰ APAE é Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que garante atendimento educacional, médico e assistencial para pessoas com deficiência intelectual, múltipla e transtornos, fundada em 1983 em Abaetetuba/PA.

Logo, se teve um processo de municipalização dos recursos financeiros destinados ao atendimento à criança em Abaetetuba e novas concepções de ensino com cunho pedagógico. Dessa maneira, reformas no prédio foram realizadas, com a criação de salas de aula, área de recreação, banheiros adaptados e demais dependências escolares. Com isso, o “Pré Escolar Casulo do Algodual” foi reinaugurado e passou a denominar-se hoje como “Escola Municipal de Educação Infantil Algodual Nair Lima”¹¹.

4.1 Pertencimento e Valorização da comunidade local – a instituição como um “local de memória”

Entende-se como lugares de memória os locais inesquecíveis que marcaram a história de um indivíduo. Isso acontece, pois, para a memória daqueles que vivenciaram, o lugar tem “a função principal de parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado das coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] e é isso que os torna apaixonantes” (NORA, 1993, p.22).

Esse conceito é confirmado por pessoas que conviveram durante todo o processo de construção e transformação, de jardim à escola de educação infantil, devido as boas recordações desse processo. Ao indagar sobre isso, uma professora discursa que,

O pertencimento é uma coisa que precisa estar em nós, porque a gente trabalha, é uma coisa do nosso bairro, da nossa sociedade. Então, se eu não consigo entender como pertencente a essa realidade é complicado. Um pertencimento até mesmo de responsabilidade com relação ao meu trabalho e entender que eu posso fazer uma pequena diferença por contribuir com o meu bairro, contribuir com a escola que trabalho (Entrevista com a Prof^a. Fulana, setembro, 2022).

Reconhece-se também que a história da instituição é resultado de um esforço conjunto, do estado e comunidade escolar, que desde a fundação permanece até os dias de hoje:

O que é relevante aqui é que a escola não cresceu somente com a ajuda do município, claro que o município trás para a escola merenda, o funcionário, ele tem essa despesa com essas situações, mas a escola cresceu e continua crescendo com a ajuda da comunidade. Aqui a gente faz um trabalho com os pais, tenta trazer esses pais para dentro do espaço, tenta mostrar para ele o esforço que a gente faz para manter uma escola organizada, limpa, digna de acolher nossas crianças e tudo isso graças a todos nós, funcionários e comunidade (Entrevista com a Prof^a. Fulana, setembro, 2022).

Essa visão de cooperação é vista de forma positiva pelas famílias de arredores da instituição, que consideram o espaço escolar como um benefício e ganho para toda a comunidade do bairro:

Modificou muito, é muito adiantado, quem interessa, ensinar seus filhos. [...] Como que erra depois de rapaz, moça, mas isso aí é [sic] mas não pelo estudo, o estudo tá bonito, eles têm cuidado com o dinheiro, com o professor, [sic] é

¹¹ Em memória da sra. Nair Lima, a gestão da escola a escolheu como homenageada para o nome da instituição, devido a contribuição do seu trabalho e esforço no passado.

muito bonito, muito bonito isso (Entrevista com vizinho da Escola, setembro, 2022).

Era uma escolinha zinha [em referência ao casulo], era de tábua [SIC] quer dizer era de madeira tudo, onde tinha [sic] as crianças comiam e eram cuidadas [...] Hoje a escola é um brinco, graças a Deus, para o bairro de Algodual, só passou pessoas boas por lá e fizeram a escola crescer, e a escola cresceu *pro* bem. [...] Eu tenho a escola Nair Lima como uma escola abençoada (Entrevista com ex-aluno, setembro, 2022).

Com o advento de novas legislações na década de 1990, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, permitiu um entendimento e o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos protegidos pela lei. A partir disso, o espaço do Casulo começou a ser ampliado e alterado, pois buscou-se ser visto como uma escola com recursos adequados e profissionais que possuíam o magistério.

Também, percebe-se que a decisão de homenagear a Nair Lima para compor no nome atual da instituição foi vista como assertiva pela comunidade, em razão das memórias positivas acerca da pessoa de Nair:

Olha, eu, ela assim era para mim, uma colega de trabalho, foi uma irmã praticamente para mim, porque nós crescemos quase juntas e nós morávamos no bairro do algodoal, então eu morava numa esquina e ela morava na outra, tanto é que a gente brincava junto, né, e aí deu que ela. Foi trabalhar com a gente lá. Inclusive o comigo era uma pessoa muito agradável, muito mesmo, sabe muito mesmo, ela se dedicava muito no trabalho dela [...] era querida por todos que a conheceram, muito mesmo, saudades (Entrevista com a Prof^{ra}. Fulana, setembro, 2022, grifo nosso).

Nesse sentido, entende-se que a história da EMEI Algodual Nair Lima (antigo Casulo do Algodual) como um processo que aproxima a população abaetetubense na construção e ressignificação da memória local. Desse modo, considera-se que o sentimento de pertencimento é válido e presente por todos os envolvidos nessa historiografia, pois “ensinar e aprender a história local e do cotidiano é parte do processo de (re) construção das identidades individuais e coletivas [...] para que os sujeitos possam, se situar, compreender e intervir no espaço local em que vivem”. (FONSECA, 2009, p.123)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da historiografia do processo de institucionalização da educação da primeira infância e das memórias dos professores e outros sujeitos envolvidos no período histórico de 1970 a 1990 em Abaetetuba, esta pesquisa buscou analisar o atendimento à educação da primeira infância no referido município, a partir das ações realizadas pela LBA no bairro do Algodual. Também, se propondo a especificar as características do local e averiguar a relação de pertencimento com os participantes.

A partir disso, é possível ponderar que a criança foi vista na educação pré-escolar, no século XX, como carente e à margem do processo de escolarização. Em função da existência de uma visão de que a infância deveria ser protegida por meio do assistencialismo, a fim de proteger a soberania e integridade nacional frente às reconfigurações de família e mudanças socioeconômicas e culturais. Com isso, a criança deveria ser assistida e vigiada sob orientação de adultos, apenas.

Logo, em geral, se tratou de uma educação compensatória, visto que o processo foi embasado por legislação assistencial com o uso de recursos mínimos e com pouca fiscalização acerca das condições de atendimento. Com isso, as políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos foram tardias, pois durante grande parte do século XX, o foco centralizava-se no cuidar das condições sanitárias e de alimentação das crianças matriculadas nas instituições.

Diante isso, a participação comunitária foi muito presente, a fim de suprir a participação limitada do Estado em prover recursos para construção, pagamentos e manutenção do prédio. Assim, reafirmamos que as condições de atendimento foram limitadas, consideradas como “metodologia da sucata”, devido ao reaproveito constante de materiais utilizados e não haver garantia na qualidade. Apesar disso, eram considerados suficientes, pois o foco a finalidade não era educar e sim ‘entreter’ durante uma parte do dia.

Apesar vulnerabilidade identificada nessa historiografia, é possível afirmar que o local é um lugar de memória para a Educação no município de Abaetetuba-PA. Isso porque, o assistencialismo gerenciado pela LBA e assistido pela população local contribuíram para o desenvolvimento social das famílias participantes desse Projeto Casulo e que tiveram funções educacionais com a chegada de legislações específicas, de modo a atender as lutas sociais e reivindicações da criação de uma escola de educação infantil garantida por lei.

Portanto, essa pesquisa traz um panorama acerca do contexto, especificidades e implementação do atendimento à primeira infância no município. Para isso, as documentações e memórias acerca da primeira instituição da Primeira Infância no município foram cruciais para atingir os objetivos esperados por essa pesquisa. Dessa forma, reconhecemos que a instituição é parte integrante da consciência histórica, por trazer à tona reflexão, sentimentos e contribuir para a historiografia educacional do país, por haver uma trajetória que vai de jardim a infância, casulo a uma escola da etapa básica da educação básica, posteriormente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.279
- BRASIL. **Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência**. Memória da Assistência Social 1. As origens da LBA, 1977.
- BRASIL. **Pareceres Básicos. Coleção MEC – 1970/80**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/pareceres>
- CARVALHO, José Alberto M. de et al. **A recente queda de fecundidade no Brasil: evidências e interpretação**. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1981.
- COSTA, Antônio. **A ciência da história, as escolas históricas e o ensino de história nos anos iniciais: alguns excertos na formação de professores generalistas**. Revista Horizontes Históricos [online], v.3, n.1, jan-jun, 2021.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- EMEI Algodual Nair Lima. **Projeto Político Pedagógico -PPP**. Abaetetuba, 2020.
- FERRARI, A. **Pré-escola para salvar a escola?** Revista Educação e sociedade. Ano V, n12. São Paulo: Cortez 1982.
- FERREIRA, Ulisses G. **Projeto Casulo** (palestra proferida no Seminário organizado pela OBRAP), julho, 1979.
- FONSECA, Selva Guimarães. **O estudo da história local e do cotidiano**. In: Fazer e Ensinar História, Belo Horizonte: 2009.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.
- GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: Entre a memória e o patrimônio cultural**. Revista Historiæ, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2012.
- MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto história. Revista do Programa de Estudos em Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC, São Paulo, n.10, 1993, p 7-28.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irene. **O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Universitária, 1997.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação. Campinas- São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 1-12

VEIGA, Márcia Moreira. **Creches e Políticas Sociais**. São Paulo: Selo Universidade, 2005.